Operações Humanitárias



Autor do curso

Tenente Coronel René Wagemans (aposentado),
Exército Belga

Em cooperação com

o Centro de Operações de Paz de Caráter Naval

Editor da série

Harvey J. Langholtz, Ph.D.

Instituto de Treinamento em Operações de Paz®
Estude sobre paz e ajuda humanitária em qualquer lugar e em qualquer momento

Operações Humanitárias



Três mulheres carregam um saco de grãos enquanto membros do Programa Mundial de Alimentos (PMA) distribuem mantimentos na Aldeia de Nacate, perto de Macomia. Esta imagem faz parte de uma série de fotografias realizadas nos dias que antecederam a chegada do Secretário-Geral António Guterres a Moçambique. O Sr. Guterres visitou o país para fazer um balanço dos esforços de recuperação nas áreas impactadas pelos Ciclones Idai e Kenneth, que ocorreram com apenas algumas semanas de intervalo em março e abril de 2019. 9 de julho de 2019. Foto da ONU por Eskinder Debebe.

Autor do curso

Tenente Coronel René Wagemans (aposentado),
Exército Belga

Em cooperação com

o Centro de Operações de Paz de Caráter Naval

Editor da série

Harvey J. Langholtz, Ph.D.

Instituto de Treinamento em Operações de Paz*
Estude sobre paz e ajuda humanitária em qualquer lugar e em qualquer momento

O POTI quer agradecer à Capitão-Tenente Mariana Lemos Müller pelo trabalho e cooperação em traduzir este curso.

© 2022 Instituto de Treinamento em Operações de Paz*

*Peace Operations Training Institute® Reg. U.S. Pat & Tm. Off.
1309 Jamestown Road, Suite 202
Williamsburg, VA 23185 USA
www.peaceopstraining.org

Primeira edição: Dezembro de 2017 por Tenente Coronel René Wagemans (aposentado), Exército Belga
Segunda edição: 2021 por Tenente Coronel René Wagemans (aposentado), Exército Belga

O material aqui contido não reflete, necessariamente, as opiniões do Instituto para Treinamento em Operações de Paz, do(s) autor(es) do curso, de qualquer órgão das Nações Unidas ou de organizações a ela afiliadas. Embora todos os esforços tenham sido envidados no sentido de verificar o conteúdo do presente curso, o Instituto de Treinamento em Operações de Paz e o(s) autor(es) do curso não se responsabilizam por fatos e opiniões contidos no texto, os quais foram, em grande parte, assimilados a partir de mídias abertas ou outras fontes independentes. O presente curso foi desenvolvido com a finalidade de produzir um documento pedagógico e educativo compatível com a política e doutrina atuais da ONU, embora não estabeleça nem promulgue nenhuma doutrina. Somente documentos da ONU oficialmente examinados e aprovados podem estabelecer ou promulgar a política ou a doutrina das Nações Unidas. Informações com visões diametralmente opostas sobre determinados temas são às vezes fornecidas no intuito de estimular o interesse escolástico dos alunos, em conformidade com as normas da pesquisa acadêmica pura e simples.

Os tradutores envidaram todos os esforços para preservar a integridade das informações aqui contidas.

Operações Humanitárias

Índice

Prefácio x

Método de Estudo xi

Lição 1 Intervenção humanitária 12

Seção 1.1 O que é uma operação de ajuda humanitária? 14

Seção 1.2 Visão geral histórica — da caridade à intervenção 17

Seção 1.3 Diferentes tipos de emergências e desastres 20

Seção 1.4 Princípios Humanitários e Aspectos Legais 24

Seção 1.5 O ambiente operacional em mudança e suas consequências 29

Seção 1.6 O princípio “Não causar danos” 31

Seção 1.7 Conscientização cultural 33

Lição 2 Atores em operações de ajuda humanitária e seus mandatos 37

Seção 2.1 Tipos de organizações — O que são ONGs, IGOs e GOs? 39

Seção 2.2 Antecedentes históricos e política 43

Seção 2.3 Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho 45

Seção 2.4 Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários 47

Seção 2.5 Comitê Permanente Interagências 49

Seção 2.6 Agências da ONU — Uma breve descrição 50

Seção 2.7 "Super" ONGs 56

Seção 2.8 Consórcios de ONGs e o Banco Mundial 57

Lição 3 Os militares e os trabalhadores humanitários 61

Seção 3.1 O que é uma Cooperação Civil-Militar? 63

Seção 3.2 O que é a Coordenação Civil-Militar? 64

Seção 3.3 Militares versus Trabalhadores de Ajuda Humanitária — Incompatibilidade ou Oportunidade? 64

Seção 3.4 Militares nacionais versus militares internacionais 68

Seção 3.5 Os Princípios Militares e Humanitários — "O que uma palavra significa?" 69

Seção 3.6 Oslo, MCDA e Diretrizes específicas do país — Um breve panorama 71

Seção 3.7 Diferentes tipos de assistência e opções de último recurso 75

Seção 3.8 Adequação de FMAs implantados e risco potencial 77

Seção 3.9 Desafios nos espaços militares e humanitários 78

Lição 4 Mecanismo de Coordenação Humanitária 84

Seção 4.1 O Que é "Coordenação"? — Uma Atividade Desafiadora 86

Seção 4.2 IASC e a Abordagem de Cluster 88

Seção 4.3 RC/HC, UNCT e HCT 90

Seção 4.4 OCHA e ERC 92

Seção 4.5 UNDAC e o conceito OSOCC 93

Seção 4.6 Missões Integradas da ONU e Percepção de Coordenação 102

Seção 4.7 Disposições de Coordenação Civil-Militar Durante Desastres Naturais 103

Seção 4.8 Financiamento Humanitário 104

Lição 5 Questões Transversais 109

Seção 5.1 Populações Afetadas — Diferentes Tipos e Definições 111

Seção 5.2 Questões de Gênero e Grupos Vulneráveis 115

Seção 5.3 Proteção 119

Seção 5.4 Segurança e Proteção 123

Seção 5.5 Gerenciamento de restos mortais durante um desastre 128

Lição 6 Avaliação 135

Seção 6.1 Visão geral e introdução à avaliação 137

Seção 6.2 Desafios 137

Seção 6.3 Tipos de Avaliação 138

Seção 6.4 MIRA 140

Seção 6.5 O ciclo de GI 141

Seção 6.6 A Estrutura Analítica MIRA 144

Seção 6.7 Seleção do Local e Amostragem Proposital 148

Seção 6.8 Técnicas de Coleta de Dados 150

Seção 6.9 Etapas de Análise 152

Seção 6.10 Plano de Avaliação e Organização de Visitas de Campo 154

Seção 6.11 Relatórios 154

Seção 6.12 ACAPS e GEGA 156

Seção 6.13 O Projeto Esfera 156

Seção 6.14 MapAction 158

Seção 6.15 Mídia e Mídias Sociais 158

Lição 7 Impacto de desastres no setor de abrigos e itens não alimentares 161

Seção 7.1 Abrigo — A Diferença entre Conflito Armado e Desastres Naturais 163

Seção 7.2 Desenvolvimentos Demográficos e Desastres 163

Seção 7.3 Desastres — Fatos e Números 164

Seção 7.4 Impacto Físico de Terremotos 165

Seção 7.5 Impacto Físico das Inundações 167

Seção 7.6 Impacto Físico de Ciclones Tropicais 168

Seção 7.7 Opções de Assentamento Transitório 170

Seção 7.8 Planejamento de Abrigo 176

Seção 7.9 Padrões de Abrigo 179

Seção 7.10 Itens Não Alimentares 180

Lição 8 Impacto de Desastres, WASH e o Setor de Saúde 183

Seção 8.1 Diferentes tipos de desastres e seus efeitos sobre o WASH 185

Seção 8.2 Diferentes tipos de desastres e seus efeitos na saúde 187

Seção 8.3 Abastecimento de Água e Higiene (WASH) 189

Seção 8.4 Descarte de Excrementos e Resíduos (WASH) 190

Seção 8.5 Drenagem e Controle Vetorial (WASH) 192

Seção 8.6 Ações de Saúde em Desastres 194

Seção 8.7 Epidemiologia e Vacinações 197

Seção 8.8 USAR e INSARAG 200

Lição 9 Logística, Alimentação e Nutrição 206

Seção 9.1 Diferentes Tipos de Desastres e Seus Efeitos na Alimentação e Nutrição 208

Seção 9.2 Segurança Alimentar — Definições 209

Seção 9.3 Medindo a Segurança Alimentar e o Planejamento 210

Seção 9.4 Transferências de Dinheiro e Voucher e Emprego 215

Seção 9.5 Logística de Desastres 217

Seção 9.6 WFP, Cluster de Log e LRT 225

Seção 9.7 UNHAS 226

Apêndice A: Siglas e abreviaturas 229

Informação sobre o Exame Final de Curso 237

Prefácio

Cada desastre ou emergência tem suas particularidades, assim como ocorre com as operações humanitárias. Compreender a dinâmica de um desastre e todos os atores nele envolvidos é essencial para fornecer assistência adequada à população afetada e ao governo desse local. Ao longo dos anos, alguns criticaram a comunidade humanitária pela conduta de certas ações humanitárias. Os profissionais envolvidos nem sempre puseram em prática as lições aprendidas com as operações dessa natureza ocorridas anteriormente. Vários documentos e manuais registraram as melhores práticas possíveis, levando a uma melhor resposta quando aplicadas. Infelizmente, a ação humanitária não é uma ciência exata e dependerá da capacidade do trabalhador humanitário de se adaptar às situações no terreno.

Este curso não pretende esgotar o assunto, pois seria impossível descrever todos os aspectos de ajuda humanitária por este meio. É um curso genérico e destina-se a servir como uma introdução para o tema de ajuda humanitária e outros tópicos relacionados. Sempre que possível ou necessário, o material de leitura adicional é referenciado, como livros, documentos (incluindo anexos) e sites de interesse. Os alunos são incentivados a ler tais materiais adicionais para expandir seus conhecimentos.

Como em muitas outras comunidades, a comunidade humanitária possui uma linguagem própria, como o uso de siglas, de caráter dinâmico. O desenvolvimento contínuo de novos sistemas e métodos dentro dessa comunidade é comum. Grandes desastres geralmente levam à criação de uma camada adicional de regras e diretivas, tornando a situação cada vez mais complexa para quem é de fora. Este curso tenta simplificar esses conceitos tanto quanto possível, enfocando seus aspectos mais importantes para desmistificar esse ambiente complexo. Ao mesmo tempo, fornece muitas informações práticas sobre os diferentes tipos de desastres e como interagir com algumas entidades e estruturas frequentemente encontradas em campo. Sempre que possível, os atores humanitários devem integrar as estruturas de coordenação existentes e/ou estabelecidas, pois somente a ação coordenada pode alcançar o sucesso. Abordar a população afetada não como vítimas, mas como parte da solução, requer uma mudança fundamental na mentalidade desses atores, mas é essencial para o resultado bem-sucedido de uma ação de ajuda. No final, seremos responsabilizados pelo que fizermos - e pelo que deixarmos de fazer. Ter uma boa compreensão de suas definições e princípios é o primeiro passo para nos integrarmos essa comunidade humanitária, respeitando-nos uns aos outros e aos princípios humanitários que sempre devem guiar nossas ações.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao Sr. Jesper Lund, chefe da Seção de Apoio à Coordenação de Campo, e ao Sr. Josef Reiterer, chefe da Seção de Coordenação Civil-Militar, ambos do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários - Genebra, por seu gentil apoio e por suas observações construtivas. Por fim, agradeço ao Sr. Lars-Peter Nissen, CEO da ACAPS, que me permitiu utilizar seus valiosos recursos, essenciais no desenvolvimento de algumas partes deste curso.



Assista ao vídeo introdutório deste curso (em inglês): <https://www.peaceopstraining.org/videos/490/hro-course-introduction/>.

– Tenente Coronel René Wagemans, 2021

Método de Estudo

Este curso individualizado visa dar aos alunos flexibilidade em sua abordagem ao aprendizado. o as etapas a seguir destinam-se a fornecer motivação e orientação sobre algumas estratégias possíveis e expectativas mínimas para concluir este curso com sucesso:

- Antes de dar início a seus estudos, primeiro dê uma olhada em todo o material do curso. Preste atenção nos sumários das lições, de onde se obtém uma boa noção do conteúdo disponível à medida que você avança.
- O material é lógico e direto. Em vez de memorizar detalhes individuais, tente entender os conceitos e as perspectivas gerais que se referem ao Sistema das Nações Unidas.
- Crie regras de gerenciamento de tempo.
- Estude o conteúdo das lições e os objetivos do aprendizado. No início de cada lição, oriente-se pelos principais pontos. Se for possível, leia o material duas vezes para garantir o máximo do entendimento e da retenção do mesmo, e deixe passar algum tempo entre as leituras.
- Ao concluir uma lição, realize a Verificação de Aprendizagem correspondente. A cada erro, volte ao material e releia-o. Antes de continuar os estudos, procure saber o que o levou a cometer aquele erro.
- Depois de completar todas as lições, reserve algum tempo para revisar os principais pontos de cada uma. Só então, enquanto o material ainda estiver fresco em sua mente, faça de uma só vez o Exame Final de Curso.

» ***Acesse a sua Sala de Aula Online visitando <www.peaceopstraining.org/users/user_login> virtualmente em qualquer lugar no mundo.***

- Seu exame receberá uma nota e se você obtiver 75% ou mais de acertos, receberá um Certificado de Conclusão. Se obtiver menos de 75%, terá a oportunidade de realizar uma segunda versão do Exame Final de Curso.
- Observação: Este curso foi traduzido do inglês para o português do Brasil.

Características mais importantes da sua sala de aula on-line »

- Acesso a todos os seus cursos;
- Ambiente de teste seguro para concluir seu treinamento;
- Acesso a recursos adicionais, incluindo cursos auxiliares multimídia;
- Possibilidade de baixar o Certificado de Conclusão de qualquer curso concluído; e
- Fóruns onde você pode discutir temas relevantes com a comunidade do POTI.

LIÇÃO
1

Intervenção humanitária



© *CICV, Biju Boru.*

Esta lição é uma introdução à intervenção humanitária, começando com definições e um breve panorama histórico.

Nesta lição »

Seção 1.1 O que é uma operação de ajuda humanitária?

Seção 1.2 Panorama histórico - da caridade à intervenção

Seção 1.3 Diferentes tipos de emergências e desastres

Seção 1.4 Princípios Humanitários e Aspectos Legais

Seção 1.5 O ambiente operacional em mudança e suas consequências

Seção 1.6 O princípio de “não causar danos”

Seção 1.7 Conscientização cultural

Objetivos da lição »

- Distinguir, compreender e comparar os diferentes termos usados para descrever as operações de ajuda humanitária.
- Compreender e explicar diferentes tipos de emergências.
- Compreender e recordar diferentes princípios humanitários.
- Descrever as considerações legais e o ambiente operacional.
- Analisar o contexto operacional e compreender os cursos de ação potenciais para a entrega de itens de assistência humanitária.
- Compreender o contexto cultural da população afetada.



Um funcionário do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) distribui kits de higiene e saúde para meninas adolescentes em uma escola em Macomia, Moçambique. 9 de julho de 2019. Foto da ONU por Eskinder Debebe.

Introdução

É essencial para quem atua com operações de paz compreender os princípios orientadores da intervenção humanitária, bem como seu ambiente operacional, contexto e histórico-cultural. Os alunos devem estar cientes de que algumas seções são curtas por dois motivos principais:

- elas serão discutidas detalhadamente nas próximas lições; ou
- seu conteúdo é muito complexo para ser explicado a fundo; por isso, os alunos serão direcionados a buscar mais informações num documento ou livro adicionalmente a este curso.



Veja um vídeo de introdução desta lição em inglês: <https://www.peaceopstraining.org/videos/492/hro-lesson-1-humanitarian-intervention/>.



Um membro da equipe do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA) discute as necessidades humanitárias com trabalhadores de uma Organização Não Governamental (ONG) da Líbia em Sallum, na fronteira entre a Líbia e o Egito. 12 de março de 2011. Foto da ONU por David Ohana.

Seção 1.1 O que é uma operação de ajuda humanitária?

Devido à sua natureza complexa, é difícil fornecer uma definição única de operação de ajuda humanitária (do inglês, *Humanitarian Relief Operation* — HRO); no entanto, uma revisão da literatura militar e civil revela alguns termos frequentemente utilizados, assim como algumas compatibilidades/semelhanças entre eles.

> "Dar dinheiro é uma questão fácil e qualquer um pode fazê-lo. Mas decidir a quem, quanto e quando dá-lo, com que propósito e como, não está ao alcance de qualquer pessoa nem é uma questão fácil."
>
> -Aristóteles

- **Ajuda em desastres**: O Ministério da Defesa do Reino Unido define a ajuda em desastres como "a resposta organizada para aliviar os resultados de uma catástrofe. Seus objetivos são: salvar vidas; aliviar o sofrimento; limitar danos; restaurar os serviços essenciais a um nível que permita às autoridades locais lidarem com o problema; e definir as condições para a recuperação do local[1]."

- **Operação de socorro em desastres** (do inglês, *Disaster relief operation* - DRO): O Ministério da Defesa do Reino Unido define um DRO "como uma tarefa militar primária e de contribuição para uma resposta de socorro a desastres. Ela fornece assistência específica para uma população aflita em território estrangeiro. O Socorro em Desastres é uma Tarefa Militar específica categorizada

1) Ministério da Defesa do Reino Unido, *Publicação Conjunta de Doutrina (JDP) 3-52, Operações de socorro em desastres em território estrangeiro: a contribuição militar*. Disponível em inglês: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/574033/doctrine_uk_dro_jdp_3_52.pdf>.

como uma Operação de Contingente em Território Estrangeiro para Orientação Estratégica de Defesa (do inglês, *Contingent Operation Overseas in Defence Strategic Guidance*, ou DSG[2]).”

» **Socorro Emergencial** é “a ajuda imediata visando à sobrevivência das vítimas de crises e conflitos violentos. A maioria das operações de socorro são iniciadas a curto prazo e têm um curto período de implementação (os objetivos do projeto geralmente são concluídos em um ano). O principal objetivo do socorro emergencial é salvar vidas[3].”

» **A ação humanitária** “fornece serviços que salvam vidas e facilita que pessoas e comunidades afetadas por desastres naturais e causados pelo homem retornem à normalidade. Também visa a diminuir o impacto destrutivo de desastres e emergências complexas. A resposta humanitária é guiada pelos princípios de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência, que fornecem uma estrutura comum para as organizações envolvidas na ação humanitária[4].”

» **A ação humanitária** “compreende assistência, proteção e defesa em resposta às necessidades humanitárias resultantes de desastres naturais, conflitos armados ou outras causas, ou ainda a prontidão para resposta a emergências. Tem como objetivo salvar vidas e reduzir o sofrimento a curto prazo, de forma a preservar a dignidade das pessoas e abrir caminhos para promover a recuperação e a criação de soluções duradouras para o deslocamento. A ação humanitária é baseada na premissa de que o sofrimento humano deve ser evitado e aliviado onde quer que aconteça (referido como o 'imperativo humanitário[5]').”

» **A ajuda humanitária** é geralmente considerada como a ajuda e as ações destinadas a "salvar vidas, aliviar o sofrimento e manter a dignidade humana durante e após crises e desastres provocados pelo homem ou desastres naturais, bem como para prevenir e fortalecer a preparação para quando tais situações ocorrerem[6].”

2) Daragh Murray, *Guia dos Profissionais do Direito Internacional dos Direitos Humanos em Conflitos Armados*, Dapo Akande, Charles Garraway, Françoise Hampson, Noam Lubell, Elizabeth Wilmshurst, eds. (Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 2016). Disponível em inglês.
3) ReliefWeb, “Glossário de Termos Humanitários”, 2008. Disponível em inglês: <https://reliefweb.int/report/world/reliefweb-glossary-humanitarian-terms-enko>.
4) InterAction: InterAction: Uma Voz Unida para a Mudança Global, “Ação Humanitária”.
5) Comitê Permanente Interagências das Nações Unidas, *Introdução à Ação Humanitária: Um Breve Guia para Coordenadores Residentes*, outubro de 2015, 8. Disponível em inglês: <https://interagencystandingcommittee.org/system/files/rc_guide_31_october_2015_webversion_final.pdf>.
6) Iniciativas de Desenvolvimento, “Definindo a ajuda humanitária”. Disponível em inglês: <https://web.archive.org/web/20171102215158/http://www.globalhumanitarianassistance.org/data-guides/defining-humanitarian-aid>.

» **A ajuda humanitária** é "[um] apoio que visa (…) a salvar vidas e aliviar o sofrimento de uma população afetada pela crise. Deve ser prestada de acordo com os princípios humanitários básicos de humanidade, imparcialidade e neutralidade, conforme declarado na Resolução 46/182 da Assembleia Geral. Além disso, a ONU procura fornecer ajuda humanitária com total respeito à soberania dos Estados[7]".

» **Intervenção Humanitária** é "uma doutrina geralmente entendida como uma ação coercitiva realizada por Estados envolvendo o uso de uma força armada em outro Estado sem o consentimento de seu governo, com ou sem autorização do Conselho de Segurança da ONU, com o propósito de prevenir ou travar violações graves e massivas dos direitos humanos ou do direito internacional humanitário. As operações da ONU no norte do Iraque e na Somália e a operação da OTAN em Kosovo foram todas chamadas de intervenção humanitária[8]".

» **As operações humanitárias** são conduzidas para aliviar o sofrimento humano, especialmente em circunstâncias em que as autoridades responsáveis da área são incapazes ou não desejam fornecer um serviço de apoio adequado às populações civis[9].

» **Resposta de Emergência** é "a ação imediata e apropriada para salvar vidas, garantir proteção e restaurar o bem-estar dos refugiados[10]".

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) oferece as seguintes definições:

» **Ajuda humanitária:** "Como parte de uma operação, o uso de recursos militares disponíveis para auxiliar ou complementar os esforços de atores civis responsáveis na área operacional ou organizações humanitárias civis especializadas no cumprimento de sua responsabilidade primária de aliviar o sofrimento humano[11]."

7) ReliefWeb, "Glossário de Termos Humanitários".
8) Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários, "Glossário de Proteção de Civis em Conflitos Armados", agosto de 2003. Disponível em inglês: <https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/OCHA%20Protection%20of%20Civilians%20in%20armed%20conflict_%20Glossary.pdf>.
9) Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários, "Glossário de Proteção de Civis em Conflitos Armados".
10) Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, *Manual para Emergências — Terceira Edição*, 2007. Disponível em inglês: <https://reliefweb.int/report/world/handbook-emergencies-third-edition>.
11) Agência de Normalização da OTAN, "Glossário de Termos e Definições da OTAN", AAP-06, 2019. Disponível em inglês: <https://www.coemed.org/files/stanags/05_AAP/AAP-06_2019_EF.pdf>.

» **Operação Humanitária**: "Uma operação montada especificamente para aliviar o sofrimento humano em uma área onde os atores civis normalmente responsáveis por fazê-lo estão incapacitados ou não desejam apoiar uma população de forma adequada[12]."

Esses termos e definições diferem, mas também incluem palavras semelhantes, como humanitário, socorro, assistência, operações, resposta, intervenção e ação. Cada um deles contém assuntos semelhantes, como:

- A urgência para atuar no atendimento a uma população atingida;
- A assistência orientada por princípios humanitários; e
- Salvar vidas (imperativo humanitário).

Aparentemente, um Gabinete de Direitos Humanos também utiliza esses mesmos assuntos e terminologia. As organizações militares usam definições ligeiramente diferentes e mais restritivas para suas abordagens; no entanto, todas elas têm como foco em aliviar o sofrimento humano. As lições 3 e 4 deste curso detalharão melhor essas diferenças.

Seção 1.2 Visão geral histórica — da caridade à intervenção

Visão histórica

A ação humanitária pode ser considerada tão antiga quanto a humanidade. Suas formas mais simples começaram com o compartilhamento e o fornecimento de itens como comida, água, roupas, cuidados de saúde e abrigo para os necessitados, fossem eles membros da família ou de uma comunidade ou grupo maior. A história humana contém muitos exemplos de atos de caridade, e muitas das religiões do mundo o praticam de alguma forma, desde as tradições cristãs e judaicas do "dízimo" ao pilar islâmico de "zakat".



© CICV, Thomas Glass. Bougainville, aldeia Gagan: Jovens posam segurando folhetos informativos durante um treinamento de cinco dias sobre primeiros socorros na aldeia da comunidade conduzido por voluntários da Sociedade da Cruz Vermelha de Papua Nova Guiné. 25 de junho de 2019.

Na era moderna, a simples caridade desenvolveu-se na prática da filantropia. Originária das palavras gregas que significam "o amor pela humanidade", a filantropia busca cuidar, nutrir, desenvolver e aprimorar o significado de ser humano[13]. Envolve quem doa (benfeitores), como doa (valores) e quem recebe e se beneficia do serviço ou dos bens prestados (beneficiários). As atividades filantrópicas modernas datam do século XVIII, quando surgiram como novas atividades sociais. Muitas associações voluntárias foram formadas para promover essas atividades, e elas se tornaram práticas culturais comuns entre benfeitores ricos. Mais tarde, a expansão da classe média em muitos países adotou a filantropia como uma atividade popular.

12) Agência de Normalização da OTAN. "Glossário de termos e definições da OTAN".
13) National Philanthropic Trust, "Uma história da filantropia moderna". Disponível em inglês: <https://www.historyofgiving.org//>.

O empresário suíço Henry Dunant é considerado o pai da ação humanitária e das organizações humanitárias modernas. Dunant foi uma das principais lideranças da Primeira Convenção de Genebra de 1864 e da fundação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Em seu livro de 1862, *Un souvenir de Solférino*, Dunant descreveu as atrocidades que testemunhou na Batalha de Solferino de 1859, durante a Segunda Guerra da Independência italiana, que deixou milhares de soldados mortos e feridos[14]. No livro, ele desenvolveu várias ideias para o futuro dos conflitos:

- A formação de uma organização neutra para cuidar dos soldados feridos;
- A criação de sociedades permanentes de ajuda voluntária; e
- A adoção de um tratado para proteger os soldados feridos e todos os que se empenham em ajudá-los.

As ideias de Dunant formariam dois dos pilares do que se tornaria o CICV: imparcialidade na prestação de cuidados médicos e o princípio de neutralidade na ação médica. Uma conferência constituinte em outubro de 1863 lançou as bases estatutárias do CICV, que durariam mais de 60 anos. A *Convenção para a Melhoria da Condição dos Feridos nos Exércitos em Campo*, comumente conhecida como a Primeira Convenção de Genebra, adotou essas ideias em suas disposições, e 12 grandes potências europeias assinaram o acordo em 22 de agosto de 1864[15].

A destruição causada pela Primeira Guerra Mundial levou à criação da Liga das Nações em 1920. Com sede em Genebra, essa organização internacional pretendia fornecer um fórum para a resolução de disputas internacionais. O então presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, expôs sua visão para a Liga em 1918 em sua obra “Quatorze pontos" sobre o futuro da Europa no pós-guerra[16]”. O último ponto apelava à criação de um novo tipo de organização internacional dedicada a fomentar a cooperação internacional, proporcionando segurança aos seus membros e garantindo a paz duradoura. Essas questões foram importantes para os europeus que sofreram durante quatro anos numa guerra absoluta que deixou muitos países em ruínas. Os Quatorze Pontos de Wilson se tornaram a base para os termos da rendição alemã, conforme negociado no Tratado de Versalhes na Conferência de Paz em Paris Conferência de Paz de Paris em 1919.

Os objetivos da Liga focavam principalmente na prevenção guerra por meio da segurança coletiva e na resolução de disputas entre países por meio de negociação e diplomacia. Também promoveu o desarmamento e tentou melhorar o bem-estar global. A Liga tinha três órgãos principais: o Secretariado o Secretariado. (chefiado pelo Secretário-Geral e com sede em Genebra), o Conselho e a Assembleia Geral. A Liga também teve várias agências e comissões, incluindo[17]:

» **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** — Liderada pelo ex-ministro francês do Armamento Albert Thomas, a OIT proibiu com sucesso a adição de chumbo em tintas e pressionou vários países a adotarem a jornada de trabalho de oito horas por dia e de 48 horas por semana. Também

14) Henry Dunant, *Un souvenir de Solférino*, Genebra, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1939. Disponível em inglês: <https://www.icrc.org/eng/assets/files/publications/icrc-002-0361.pdf>.

15) François Bugnion, “Nascimento de uma ideia: a fundação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho: de Solferino à Convenção de Genebra original (1859-1864)”, *International Review of the Red Cross*, vol. 94, No. 888, 2012. Disponível em inglês: <https://international-review.icrc.org/articles/birth-idea-founding-international-committee-red-cross-and-international-red-cross-and-red>.

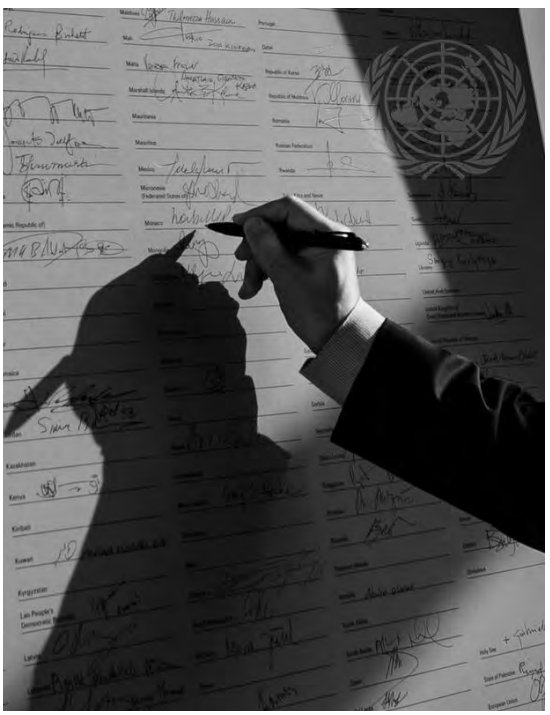
16) História dos Estados Unidos, “Os quatorze pontos”. Disponível em inglês: <https://history.state.gov/milestones/1914-1920/fourteen-points>.

17) New World Encyclopedia, “Liga das Nações”. Disponível em inglês: <http://www.newworldencyclopedia.org/p/index.php?title=League_of_Nations>.

trabalhou para acabar com o trabalho infantil, melhorar a posição de mulheres no ambiente de trabalho e responsabilizar os donos de embarcações pelos acidentes com marinheiros. Em 1946, a OIT tornou-se uma agência das Nações Unidas, que se sucedeu à Liga das Nações.

» **Alto Comissariado para Refugiados** — Liderado pelo explorador norueguês Fridtjof Nansen, a Comissão supervisionou o repatriamento e reassentamento de 400.000 refugiados e ex-refugiados após a Primeira Guerra Mundial, muitos dos quais ficaram presos na Rússia. A Comissão também estabeleceu o denominado "passaporte Nansen" como meio de identificação dos apátridas. Em 1923, o mandato original do Alto Comissário para proteger os refugiados russos foi estendido para incluir os refugiados armênios por meio de assistência material, prevenção de doenças, fornecimento de alimentos e proteção legal e política. À medida que o problema dos refugiados crescia, o mandato da Comissão foi ampliado para incluir assírios, cristãos caldeus e refugiados turcos.

A Liga tinha 42 membros quando foi fundada em 1920, e mais seis membros se juntaram a ela no final daquele ano. A Liga atingiu seu maior número de membros (58) de 1934 a 1935. Apesar do apoio do presidente Wilson à Liga, o Senado dos Estados Unidos votou em 1919 pela rejeição do Tratado de Versalhes e, com ele, a adesão à Liga. Os Estados Unidos não fizeram parte da organização durante seu período operacional de 1920 a 1946. Além disso, 16 dos membros fundadores se retiraram da Liga durante sua existência[18].



Os Estados-Membros assinam o Preâmbulo da Carta das Nações Unidas para comemorar o seu 75º aniversário. 23 de outubro de 2020. Foto da ONU por Manuel Elías.

Embora a Liga das Nações tenha alcançado alguns sucessos durante seu período de operação, incluindo a resolução de crises de refugiados e a melhoria das condições internacionais de trabalho, ela tinha fraquezas estruturais que acabaram por limitar sua eficácia como organização internacional. Uma dessas fraquezas era a dificuldade em fazer cumprir suas resoluções. A Liga não tinha uma força armada própria, mas dependia das grandes potências para apoiar seus mandatos, o que muitas vezes relutava em fazer. Da mesma forma, as

18) Escritório das Nações Unidas em Genebra, "Cronologia". Disponível em inglês: <https://www.unog.ch/80256EDD006B8954/(httpAssets)/3DA94AAFEB9E8E76C1256F340047BB52/$file/sdn_chronology.pdf>.

sanções econômicas impostas pela Liga tiveram pouco impacto sobre os países-alvo, uma vez que esses poderiam simplesmente negociar com Estados não membros. Apesar de seu objetivo de resolver conflitos internacionais por meio da diplomacia, a Liga foi incapaz de evitar a Segunda Guerra Mundial. A Liga das Nações realizou sua reunião final em Genebra, em 18 de abril de 1946[19].

Perto do fim da Segunda Guerra Mundial, as potências aliadas (a União Soviética, o Reino Unido e os Estados Unidos) se reuniram na Conferência de Yalta para planejar o futuro da segurança internacional. Os Aliados concordaram em criar um novo organismo internacional — as Nações Unidas — para suceder a Liga. Muitas das agências da Liga, como a OIT, continuaram a funcionar e, por fim, se afiliaram à ONU.

Os Aliados pretendiam tornar as Nações Unidas mais eficazes do que a Liga, reformando sua estrutura. Os membros originais da ONU incluíam 51 países e, desde então, cresceu para incluir 193 Estados Membros. Com um número maior de membros, a ONU estabeleceu maior legitimidade nos assuntos internacionais do que a Liga jamais teve. Os principais países aliados — República da China, França, Reino Unido, Estados Unidos e URSS — tornaram-se os cinco membros permanentes do novo Conselho de Segurança. As decisões do Conselho de Segurança são obrigatórias para todos os membros da ONU, e qualquer um dos membros permanentes pode vetar as resoluções apresentadas a ele. Enquanto o Conselho da Liga (o precursor do Conselho de Segurança) exigia votos unânimes para aprovar as resoluções, o Conselho de Segurança exige apenas nove votos “sim”, sem vetos dos membros permanentes, para aprovar as resoluções.

Da mesma forma que a Liga existente antes dela, a ONU não tem suas próprias forças armadas permanentes. No entanto, a Organização tem sido mais bem-sucedida do que sua antecessora ao convocar seus membros a contribuírem com intervenções armadas, conforme ocorrido ao impedir a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte e ao implantar operações de manutenção da paz nos Bálcãs, por exemplo. Além disso, há outras ferramentas que a ONU pode usar, como sanções econômicas e embargos.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve a criação das Nações Unidas e de várias outras agências, bem como grandes organizações não governamentais (ONGs) focadas em fornecer ajuda humanitária a todo o mundo. A Lição 2 examinará esses grupos e suas ações com mais detalhes.

Seção 1.3 Diferentes tipos de emergências e desastres

Esta seção se refere a documentos oficiais da ONU a fim de definir com o máximo de precisão alguns desastres e emergências.

» **Desastre:**

» “Uma séria interrupção do funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo perdas e impactos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de lidar com seus próprios recursos.

19) Susan Pedersen, “De volta à Liga das Nações”, *The American Historical Review*, vol. 112, No. 4 (outubro de 2007), 1091-1117. Disponível em inglês.

Comentário: Os desastres são frequentemente descritos como o resultado da combinação dos seguintes fatores: exposição a um perigo; condições de vulnerabilidade presentes; e capacidade ou medidas insuficientes para reduzir ou lidar com potenciais consequências negativas. Os impactos de desastres podem incluir a perda de vidas, ferimentos, doenças e outros efeitos negativos no bem-estar físico, mental e social humano, juntamente com danos à propriedade, destruição de ativos, perda de serviços, perturbação social e econômica e degradação ambiental."

» "Uma séria interrupção do funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo perdas e impactos humanos, materiais, econômicos ou ambientais generalizados, que excede a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de lidar com seus próprios recursos[20].

Comentário: Desastres são frequentemente descritos como resultado da combinação de: a exposição a um perigo; as condições de vulnerabilidade presentes; e capacidade ou medidas insuficientes para reduzir ou lidar com as potenciais consequências negativas. Os impactos de desastres podem incluir perda de vidas, ferimentos, doenças e outros efeitos negativos no bem-estar físico, mental e social humano, juntamente com danos à propriedade, destruição de ativos, perda de serviços, perturbação social e econômica e degradação ambiental[21]".

Além do impacto físico do fenômeno natural, o contexto social que pode transformar esse fenômeno em desastre é composto por cinco variáveis: demografia, pobreza, meio ambiente, mecanismos existentes de prevenção e gestão de riscos e nível de infraestrutura e organizações existentes[22]. Essas cinco variáveis podem ter um efeito multiplicador, como foi visto durante a crise no Haiti após o terremoto de magnitude 7,0 a 15 milhas a sudoeste da capital, Porto Príncipe, em 2010[23].

A comunidade humanitária distingue principalmente "desastres naturais" de "emergências complexas".

» **Desastres Naturais:** "Desastres naturais são eventos causados por catástrofes naturais que afetam seriamente a sociedade, economia e/ou infraestrutura de uma região. Dependendo da vulnerabilidade da população e da capacidade

20) Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres, "Desastre". Disponível em inglês: <https://www.undrr.org/terminology>.

21) ONU, *2009 Terminologia UNISDR sobre Redução de Risco de Desastres*, (Genebra: UNISDR, maio de 2009). Disponível em inglês: <http://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf>.

22) Frédéric Thomas, Haïti, *L'échec humanitaire: le cas haïtien* (Bruxelles, Bélgica: Entraide & Fraternite), 2. Disponível em inglês: <https://www.entraide.be/IMG/pdf/e_f_thomas_ecran.pdf>.

23) ONU, *Relatório das Nações Unidas no Haiti 2010: Situação, Desafios e Perspectivas*, 2011. Disponível em inglês: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/F9DE84C8F12B844B8525781B0053C3F6-Full_Report.pdf>.

de resposta local, os desastres naturais apresentarão desafios e problemas de natureza humanitária. O termo "desastre natural" é utilizado para facilitar. É importante compreender, no entanto, que a magnitude das consequências dos desastres naturais repentinos é um resultado direto da maneira como os indivíduos e as sociedades se relacionam com as ameaças originadas dos desastres naturais. A magnitude das consequências é, portanto, determinada pela ação humana, ou pela ausência dela[24]."

» **Risco natural**: "Processo ou fenômeno natural que pode causar perda de vidas, ferimentos ou outros impactos à saúde, danos à propriedade, perda de meios de subsistência e serviços, perturbação social e econômica ou dano ambiental.

» **Comentário:** Os riscos naturais são um subconjunto de todos os riscos existentes. O termo é usado para descrever eventos de riscos reais, bem como as condições de perigo latentes que podem dar origem a eventos futuros. Os eventos de risco natural podem ser caracterizados por sua magnitude ou intensidade, velocidade de início, duração e área de extensão. Por exemplo, os terremotos têm curta duração e geralmente afetam uma região relativamente pequena, enquanto as secas demoram a se desenvolver e desaparecem, além de normalmente afetarem grandes regiões. Em alguns casos, os perigos podem estar associados, como no caso de uma enchente causada por um furacão ou de um tsunami causado por um terremoto[25]."

As fontes às vezes usam a mesma definição para os termos "desastres naturais e tecnológicos" e "desastres naturais". O termo "desastres naturais e causados pelo homem" às vezes também é utilizado. Os desastres tecnológicos podem estar relacionados a desastres provocados pelo homem: um pode resultar do outro, ou ambos podem ser a consequência direta de um desastre natural (por exemplo, quando um terremoto causa uma falha técnica que libera a pressão de uma barragem, rompendo-a e causando um maremoto e enchentes pesadas em uma área grande e densamente povoada). Muitos desastres naturais já geraram consequências tecnológicas, como no caso do terremoto e do tsunami que causaram o acidente da usina nuclear de Fukushima em 2011[26]. Cada vez mais, os acidentes de impacto ambiental significativo são considerados desastres sempre que as autoridades nacionais não conseguem lidar com eles, especialmente quando afetam centros populacionais.

24) ReliefWeb, "Glossário de termos humanitários".

25) ONU, *Terminologia UNISDR de 2009 sobre Redução do Risco de Desastres*.

26) ONU, Assembleia Geral, *Declaração sobre a Resposta Internacional à Situação na Central Nuclear de Fukushima Daiichi no Japão*, Secretário-Geral da ONU, 25 de março de 2011. Disponível em inglês: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2011-03-25/statement-international-response-situation-fukushima-daiichi-nuclear>.

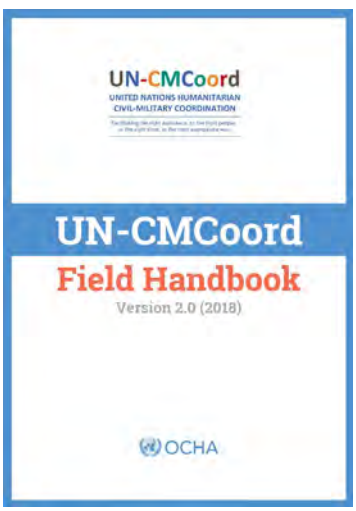


O furacão Dorian, de categoria cinco, varreu as ilhas Bahama de Abaco e Grand Bahama em 1 de setembro de 2019. Pelo menos 43 pessoas morreram após a passagem do Dorian, que estagnou nas Bahamas por quase dois dias com ventos de 320 km/h, tornando-se um dos piores desastres da história do país. Vista de Mudd, bairro majoritariamente habitado por imigrantes haitianos em Marsh Harbour, Bahamas. 11 de setembro de 2019. Foto da ONU por Mark Garten.

» **Emergência Complexa**[27]**:** "Crise humanitária multifacetada num país, região ou sociedade onde há uma quebra total ou considerável de autoridade resultante de um conflito interno ou externo e que requer uma resposta internacional multissetorial que vai além do mandato ou capacidade de qualquer agência e/ou do programa nacional da ONU em andamento. Essas emergências têm, em particular, um efeito devastador sobre crianças e mulheres e exigem uma gama complexa de respostas."

O *Manual de Campo da Coordenação Civil-Militar da ONU (UN-CMCoord)* usa as seguintes definições, mais curtas e fáceis de usar, para desastres naturais e emergências complexas:

» "**Os desastres naturais** são eventos causados por catástrofes naturais que afetam gravemente a sociedade, a economia e/ou a infraestrutura de uma região. As consequências humanitárias dependem da vulnerabilidade das pessoas afetadas e de sua capacidade de enfrentamento e resposta local.



Manual de Campo UN-CMCoord disponível em inglês: <https://www.unocha.org/publication/un-cmcoord-field-handbook>.

27) ReliefWeb, "Glossário de termos humanitários".

» Uma **emergência complexa** é uma crise humanitária num país, região ou sociedade onde há uma quebra total ou considerável de autoridade resultante de um conflito interno ou externo e que requer uma resposta internacional que vai além do mandato ou da capacidade de qualquer Programa de país da ONU[28].”

Emergências — Níveis

O processo de Reforma Humanitária de 2005 foi iniciado como uma consequência direta do terremoto e do tsunami ocorridos no Oceano Índico em 2004[29], que causaram a morte de mais de 200.000 pessoas[30]. O terremoto no Haiti em 2010 e as enchentes no Paquistão reforçaram a necessidade de reformar as respostas humanitárias multilaterais aos desastres. Assim, o Comité Permanente Interagências (do inglês, *Inter-Agency Standing Committee* — IASC) divulgou sua Agenda Transformadora (do inglês, *Transformative Agenda* — TA) sobre o assunto em dezembro de 2011[31]. Essa TA teve como objetivo melhorar a resposta geral a desastres, aproveitando as lições aprendidas em 2010 e superando as lacunas da reforma humanitária de 2005[32]. Um dos principais resultados da TA foi a criação de novos sistemas ede uma terminologia relacionada a desastres de grande escala.

Uma das inovações da TA foi a classificação em três “níveis” de emergência. Embora não seja especificamente definido, a TA considera como uma emergência de **nível 1 (L1)** aquela em que os recursos nacionais e internacionais disponíveis no país são suficientes para respondê-la e não requerem assistência externa. Uma emergência de **nível 2 (L2)** requer algum apoio de países vizinhos, entidades regionais e, possivelmente, da sede da agência[33]. Uma emergência de **nível 3 (L3)** é uma grande crise humanitária em todo o sistema desencadeada por um desastre natural ou conflito que requer mobilização e resposta de todo o sistema. A TA incluiu a classificação L3 como uma forma de fortalecer a liderança, coordenação e responsabilidade nas respostas interagências a grandes emergências humanitárias. Originalmente projetada para emergências de início súbito, a classificação L3 agora inclui emergências de início lento em circunstâncias excepcionais onde a gravidade da situação justifique seu uso. A Lição 2 examina esse processo com mais detalhes[34].

Seção 1.4 Princípios Humanitários e Aspectos Legais

Os princípios humanitários

» “**Humanidade**: o sofrimento humano deve ser enfrentado onde quer que seja encontrado. O objetivo da ação humanitária é proteger a vida e a saúde e garantir o respeito pelo ser humano.

28) Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários, *Manual de Campo UN-CMCoord* (v2.0), Genebra, Suíça, OCHA, 2018. Disponível em inglês: <https://www.unocha.org/publication/un-cmcoord-field-handbook>.
29) Comitê Permanente Interagências, “Agenda Transformadora do IASC”. Disponível em inglês: <https://interagencystandingcommittee.org/iasc-transformative-agenda>.
30) “Tsunami do Oceano Índico: antes e depois”, BBC News, 25 de dezembro de 2014. Disponível em inglês: <http://www.bbc.com/news/world-asia-30034501>.
31) O IASC é o principal mecanismo de coordenação entre agências de ajuda humanitária. Disponível em inglês: <https://interagencystandingcommittee.org/>.
32) A Lição 2 também explora essa questão.
33) OCHA, *UNDAC Field Handbook*, 7ª ed., 2018. Disponível em inglês: <https://www.unocha.org/sites/unocha/files/1823826E_web_pages.pdf>.
34) Este curso enfoca as emergências L3, já que geralmente são as mais complexas e envolvem muitos atores e setores.

» **Neutralidade**: Os atores humanitários não devem tomar partido nas hostilidades ou envolver-se em controvérsias de natureza política, racial, religiosa ou ideológica.

» **Imparcialidade**: A ação humanitária deve ser realizada apenas com base na necessidade, dando prioridade aos casos de angústia mais urgentes e não fazendo distinções baseadas em nacionalidade, raça, sexo, crença religiosa, classe ou opiniões políticas.

» **Independência**: a ação humanitária deve ser autônoma dos objetivos políticos, econômicos, militares ou outros que qualquer ator possa ter em relação às áreas onde a ação humanitária está sendo implementada[35]."

Origem

Os quatro princípios humanitários da **humanidade**, **neutralidade**, **imparcialidade** e **independência** são a base para toda ação humanitária — seja durante um desastre natural, uma emergência complexa ou em outros casos[36]. A ONU endossou todos os quatro princípios em momentos diferentes. Os três primeiros princípios foram afirmados na resolução 46/182 da Assembleia Geral em 1991 e o quarto princípio na resolução 58/114 da Assembleia Geral em 2003.



Visão geral da 46ª sessão da Assembleia Geral. 23 de setembro de 1991. Foto da ONU por Eskinder Debebe.

35) OCHA, "Quais são os princípios humanitários?" em *OCHA on Message: Humanitarian Principles*, junho de 2012, 1. Disponível em inglês: <https://www.unocha.org/sites/dms/Documents/OOM-humanitarianprinciples_eng_June12.pdf>.

36) OCHA, "Quais são os princípios humanitários?".

Esses princípios humanitários se originam nos princípios básicos que orientam as atividades do CICV e das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha/Crescente Vermelho e estão contidos em vários documentos. O *Código de Conduta do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e das Organizações Não Governamentais de Apoio em Desastres* fornece um conjunto de padrões comuns para todas as organizações envolvidas em atividades humanitárias[37]. O Projeto Esfera, um esforço internacional para estabelecer padrões nas áreas centrais da ajuda humanitária[38], elaborou a Carta Humanitária para afirmar o imperativo humanitário[39] e expressar as convicções compartilhadas entre as agências humanitárias que são universalmente aplicáveis a todos os afetados por desastres ou conflitos[40].

Os princípios humanitários são fundamentais para a maioria dos atores humanitários; no entanto, o número e a diversidade dos atores de resposta aumentaram muito nos últimos anos, os quais, muitas vezes, possuem diferentes interpretações dos princípios humanitários. Muitos desses atores são ONGs, empresas de segurança ou de suporte com fins lucrativos, assim como indivíduos ou redes voltados para negócios com objetivos e culturas diferentes e níveis variados de especialização e experiência em assuntos humanitários. Isso impõe restrições significativas aos princípios humanitários.

Quando a crise de Darfur começou, em 2003, muitas organizações desafiaram sua neutralidade, defendendo ativamente questões delicadas de proteção civil, que estavam dentro do claro papel e da responsabilidade das autoridades sudanesas. Algumas agências fizeram pressão para aumentar o poder da Operação Híbrida da União Africana e das Nações Unidas no Darfur (MINUAD) por meio de um mandato mais forte, já que as questões de segurança estavam atrapalhando as operações de socorro[41]. Essa ação pública resultou em ameaças (principalmente por parte de autoridades) para que as agências expulsassem funcionários, o que algumas vezes acabou acontecendo. Alguns trabalhadores humanitários foram presos e detidos. Os atores humanitários também enfrentaram dificuldades para renovar a permissão de trabalho dos trabalhadores humanitários, além de longos períodos para a expedição de vistos humanitários e para a realização de processos alfandegários. As agências envolvidas em questões políticas e de proteção ou relacionadas a vistos humanitários e liberações alfandegárias enfrentaram períodos de processamento particularmente longos, que duravam até três meses[42].

Pode ser difícil determinar a fronteira entre a neutralidade e o envolvimento público em questões de controvérsia política. Podem ser interpretadas como declarações políticas ações como defesa pública para segurança adicional, melhor acesso a determinadas áreas e destaque a responsabilidades de determinados atores. Esta afirmação é particularmente verdadeira em relação a questões de proteção relacionadas a um conflito. Embora certas agências humanitárias possam estar dispostas a comprometer sua estrita neutralidade em casos de situações envolvendo risco de vida a populações afetadas e trabalhadores humanitários, os atores humanitários devem encontrar um equilíbrio adequado entre a defesa pública e o princípio humanitário de neutralidade para evitar a percepção de engajamento político ou em questões militares. Essa forma “nova” ou “pragmática” de neutralidade não é isenta de riscos.

37) CICV, *Código de Conduta para o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e Organizações Não Governamentais (ONGs) no Apoio em Desastres*. Disponível em inglês: <https://www.icrc.org/eng/assets/files/publications/icrc-002-1067.pdf>.

38) Projeto Esfera, *The Sphere Handbook: Carta Humanitária e Padrões Mínimos em Resposta Humanitária*, 2018. Disponível em inglês: <https://spherestandards.org/handbook/editions/>.

39) Essa ação deve ser tomada para prevenir ou aliviar o sofrimento humano decorrente de um desastre ou conflito, e nada deve se sobrepor a esse princípio.

40) Projeto Esfera, *The Sphere Handbook*.

41) Instituto de Desenvolvimento Internacional, “Advocacia humanitária em Darfur: o desafio da neutralidade”, HPG Policy Brief 28, outubro de 2007. Disponível em inglês: <https://odi.org/en/publications/humanitarian-advocacy-in-darfur-the-challenge-of-neutrality/>.

42) Durante a crise de Darfur, um C-130 belga empregado no Programa Mundial de Alimentos sob indicativo da ONU foi detido por vários dias pelas autoridades sudanesas (de transporte e alfândega) para fiscalização de todas as partes numeradas da aeronave.

Aspectos legais

Esta seção fornece uma visão geral dos principais documentos legais que contextualizam os princípios humanitários e as ações humanitárias[43].

A Paz da Vestfália

Em 1648, o Sacro Império Romano, o Reino da Espanha, a República Holandesa e outras potências europeias se reuniram nas cidades de Osnabrück e Münster, localizadas na Vestefália, para assinar uma série de tratados de paz. Os tratados encerraram as principais guerras religiosas que dividiram a Europa durante os séculos XVI e XVII e deram início à chamada **Paz de Vestfália**. Embora os tratados não tenham restaurado a paz em toda a Europa, eles criaram uma base para a autodeterminação nacional. Duas ideias emergiram da paz e se tornaram centrais para a ordem mundial que se desenvolveu ao longo dos séculos subsequentes: respeitar as fronteiras dos Estados soberanos e não interferir em seus assuntos internos. Esses princípios permanecem em vigor até hoje. Com o tempo, o significado de longo prazo dos tratados de paz se reduziu a:

- O princípio da soberania dos Estados e o direito fundamental à autodeterminação política;
- O princípio da igualdade (jurídica) entre os Estados; e
- O princípio da não intervenção de um Estado nos assuntos internos de outro Estado.

Muitos novos países se formaram nos séculos XIX e XX. A descolonização ocorrida no século XX (principalmente após a Segunda Guerra Mundial) criou ainda mais países independentes. A descolonização espalhou por todo o mundo os princípios vestfalianos, especialmente o conceito de Estados soberanos, e fez deles a base da lei internacional.

De acordo com a ONU, o **direito internacional** define as responsabilidades legais dos países em sua conduta entre si e no tratamento dos indivíduos dentro de suas fronteiras. Abrange uma ampla gama de questões de interesse internacional, incluindo direitos humanos, desarmamento, crime internacional, refugiados, migração, problemas de nacionalidade, tratamento de prisioneiros, uso da força e condução da guerra[44]. Também regula os bens comuns globais, como meio ambiente, desenvolvimento sustentável, águas internacionais, espaço exterior, comunicações globais e comércio mundial[45].

Conforme observado anteriormente, o direito internacional inclui a responsabilidade do Estado de proteger sua própria população. O Relatório do Secretário-Geral *Implementando a responsabilidade de proteção* afirmou que "cada Estado individualmente tem a responsabilidade de proteger suas populações do genocídio, de crimes de guerra, da limpeza étnica e de crimes contra a humanidade[46]". O não cumprimento dessas responsabilidades pode levar a uma intervenção humanitária.

No século XX, a comunidade internacional desenvolveu definições para crimes contra a humanidade, genocídio e crimes de guerra como parte do direito internacional. Os tribunais de Nuremberg e Tóquio após a Segunda Guerra Mundial usaram essas definições para processar líderes das potências do Eixo por crimes de guerra, crimes contra a paz e crimes contra a humanidade cometidos durante o conflito. Na década de 1990, os Tribunais Criminais Internacionais para a ex-Iugoslávia (ICTY) e Ruanda (ICTR) julgaram crimes cometidos em prazos específicos durante os conflitos nesses países.

43) Para documentos adicionais relevantes, consulte o *Sphere Project Handbook*, Anexo 1.

44) A Primeira Convenção de Genebra de 1864 é uma das primeiras formulações do direito internacional. Consulte a Seção 1.2.

45) ONU, "Direito Internacional e Justiça". Disponível em inglês: <https://www.un.org/en/global-issues/international-law-and-justice>.

46) ONU, *Implementando a responsabilidade de proteção*, Relatório do Secretário-Geral, A / 63/677, 12 de janeiro de 2009.

Em 1998, 120 Estados adotaram Estatuto de Roma, a base jurídica para a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) permanente. O TPI é uma organização internacional independente com sede em Haia e não faz parte do sistema das Nações Unidas. O TPI ouviu vários casos e alguns continuam em andamento[47].

A **Declaração Universal dos Direitos do Homem** (UDHR) é um documento considerado um marco na história dos direitos humanos. Representantes de diferentes origens de nacionalidade, jurídicas e culturais redigiram a Declaração, e a Assembleia Geral a proclamou em Paris, em 10 de dezembro de 1948, em Declaração funciona como um padrão comum de realização para todos os povos e nações. Estabelece direitos humanos fundamentais que devem ser protegidos universalmente.

O **Direito Internacional Humanitário** é um conjunto de regras que visam limitar os efeitos dos conflitos armados por razões humanitárias. Uma parte importante do Direito Internacional Humanitário está contida nas quatro **Convenções de Genebra de 1949** e nos **Protocolos Adicionais de 1977** relativos à proteção das vítimas de conflitos armados. Esses documentos se aplicam apenas a conflitos armados e não cobre tensões internas[48].


THE UNIVERSAL DECLARATION
OF Human Rights
UNITED NATIONS

"Todos têm direito a todos os direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de espécie, como raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outra condição. Além disso, nenhuma distinção deve ser feita com base no status político, jurisdicional ou internacional do país ou território ao qual uma pessoa pertence, seja ele independente, de confiança, não autônomo ou sob qualquer outra limitação de soberania."

-Artigo 2

47) Tribunal Penal Internacional, "Situações sob investigação". Disponível em inglês: <https://www.icc-cpi.int/pages/situations.aspx>.

48) Serviço de Consultoria do CICV sobre Direito Internacional Humanitário, "O que é o Direito Internacional Humanitário?", julho de 2004. Disponível em inglês: <https://www.icrc.org/eng/assets/files/other/what_is_ihl.pdf>.

Seção 1.5 O ambiente operacional em mudança e suas consequências

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o ambiente de operação das organizações humanitárias mudou. Os trabalhadores humanitários passaram a enfrentar uma ameaça crescente. Vários motivos explicam isso:

1. A natureza da guerra é cada vez mais irregular. Novos tipos de atores não estatais — parte étnicos, parte políticos e parte criminosos — surgiram e às vezes conduziram a descolonização que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Sua estrutura de comando e controle costumava ser fraca, com pouca ou nenhuma disciplina interna. A falta de respeito por símbolos reconhecidos internacionalmente tornou-se uma questão cada vez mais preocupante[49].

2. O número de organizações humanitárias aumentou e a percepção da imparcialidade dos humanitários diminuiu. Enquanto o movimento da Cruz Vermelha anteriormente dominava a prestação de serviços humanitários em conflitos armados, mais organizações — algumas mais humanitárias do que outras — se juntaram ao campo. Alguns não aderiram aos princípios humanitários (por exemplo, por estarem voltados para o lucro), colocando em risco a ação humanitária das agências que aderiram aos princípios.

3. O papel das organizações humanitárias mudou e a percepção de sua imparcialidade diminuiu. Algumas organizações foram vistas como estando muito próximas de atores políticos ou militares, especialmente durante conflitos (armados). Além disso, algumas organizações contrataram agências de segurança privada, algumas das quais inclusive portavam armas.

Recentemente, houve um grande desenvolvimento na forma como os humanitários passaram a conduzir suas ações. Anteriormente, a maioria dos trabalhadores humanitários tinha pouco ou nenhum conhecimento sobre “trabalho humanitário” quando entravam em campo. A compaixão ou o espírito aventureiro os compeliram a prestar essa assistência, e muitos aprenderam a operar durante o trabalho. Hoje, um número crescente de jovens trabalhadores humanitários tem um alto grau de educação acadêmica e/ou “humanitária”. Novos recursos (ReliefWeb, sites de projetos, etc.) e ferramentas (manuais, diretivas, etc.) contribuíram para a profissionalização da ação humanitária e do trabalhador humanitário. Cada nova crise resultava em uma camada adicional de regulamentações e novas diretrizes para melhorar o sistema, resultando em um maior grau de competência na área.

49) A Lição 5 aborda questões de segurança e proteção devido ao ambiente em mudança.

Apesar desses desenvolvimentos positivos, a competição entre as organizações humanitárias por financiamento e visibilidade continua a ser um assunto preocupante. A proliferação de organizações nas últimas décadas e a luta por financiamento às vezes incitam o comportamento antiético de alguns atores locais. De certa forma, a ajuda humanitária se tornou um “grande negócio”. Algumas organizações e agências enfatizam a visibilidade para garantir o dinheiro dos doadores para o próximo ano financeiro, salvaguardando assim empregos, poder e interesses pessoais. Elas podem gastar dinheiro com pouca ou nenhuma responsabilidade ou sem alcançar resultados esperados para a população afetada. Surgiram críticas à chamada "indústria da ajuda", em geral, por sua falta de eficiência, profissionalismo e coordenação, o que frequentemente resulta em duplicação de esforços e desperdício de recursos[50].

Prestação de contas

À luz dessas questões, a prestação de contas tornou-se importante para muitos doadores, tanto privados quanto financiados pelo Estado. Surgiram padrões profissionais com foco na qualidade da ação humanitária. Os doadores começaram a responsabilizar as organizações pelo desempenho do seu pessoal e vincularam diretamente o dinheiro dos doadores à melhoria do sistema de gestão dessa organização. Isso levou a uma delegação cada vez maior da sede aos gerentes de campo e funcionários locais, uma vez que eles poderiam avaliar melhor as maneiras de fornecer ajuda. Os doadores começaram a exigir relatórios regulares — financeiros e outros — de organizações humanitárias que, de outra forma, corriam o risco de perder os fundos e/ou se tornarem objeto de investigação de fraude. Os doadores começaram a pressionar as principais partes interessadas, como governos nacionais e agências da ONU, para cumprir certas políticas e cursos de ação[51]. Finalmente, os doadores começaram a se responsabilizar, visando o maior resultado com o menor custo possível. Assim, selecionar o projeto ou programa “certo” para garantir a máxima eficiência tornou-se cada vez mais importante para evitar críticas públicas e internas.

Mas o novo enfoque nos resultados teve efeitos colaterais negativos. Isso levou as organizações a se reestruturarem em um sistema burocrático de redação de propostas, preenchimento de formulários e relatórios. Isso forçou os gerentes de campo a gastar mais tempo garantindo a conformidade do que prestando assistência em campo. Outra desvantagem dessa cultura foi o aumento da aversão ao risco entre os doadores ao se gastar dinheiro. Os doadores queriam que seu dinheiro gerasse os melhores resultados e ficaram relutantes em gastar em projetos sem um resultado garantido. O risco é inerente à resposta humanitária. As crises costumam ser caóticas e imprevisíveis, apesar dos avanços nas ferramentas e metodologia de avaliação. Eliminar o risco geralmente significa limitar um programa a tal ponto que acabe impactanto os resultados (por exemplo, reduzindo a área afetada, reduzindo a área de distribuição ou negligenciando um grupo vulnerável específico). Isso pode desencorajar os gerentes a buscarem o programa mais eficaz por medo de não receber o financiamento necessário.

Embora as organizações humanitárias tenham progredido nas últimas décadas, os trabalhadores humanitários devem estar cientes de que a responsabilidade continuará sendo um problema para todas as partes envolvidas na resposta a um desastre: a organização assistencial beneficiária, os doadores, o governo afetado e a população afetada. A maneira como as organizações elaboram e fornecem ajuda terá um impacto no ambiente operacional, seja ele um desastre ou um conflito armado.

50) Humanitarian Practice Network, *Intercâmbio Humanitário* No. 52, outubro de 2011. Disponível em inglês: <https://reliefweb.int/report/world/humanitarian-exchange-magazine-no-52-feature-humanitarian-accountability>.

51) Rede de Prática Humanitária, *Intercâmbio Humanitário*, 45.

> “Um programa de ação tem riscos e custos, mas eles são muito menores do que os riscos e custos de longo prazo de uma inação confortável.”
>
> - John F. Kennedy, presidente dos EUA, 1961-1963

Seção 1.6 O princípio “Não causar danos[52]”

Muitas organizações e trabalhadores humanitários usam a expressão “não causar danos”, mas o que isso significa? Qual é a sua ligação com as operações humanitárias? A estudiosa de desenvolvimento Mary B. Anderson descreve as responsabilidades que as agências assistenciais e os membros da equipe têm ao fornecer assistência durante conflitos em seu livro *Do No Harm* (Não cause danos[53]).



Os mantenedores da paz sul-africanos servindo na Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) fazem parceria com organizações locais para fornecer cuidados médicos e nutricionais a crianças órfãs e vulneráveis na província de Kivu do Norte. 2 de março de 2018. Foto da ONU por Michael Ali.

Anderson escreve, “a ajuda dada durante o conflito não pode permanecer separada desse conflito[54]”. Isso se aplica a desastres e à forma como essa ajuda afeta as consequências do desastre e a população afetada. Este é um ponto de partida que as organizações humanitárias e os trabalhadores devem reconhecer, não importa o quão inocente uma ação ou assistência possa parecer.

Imediatamente após uma crise ou desastre, as organizações e os trabalhadores humanitários muitas vezes encontram reações irracionais e emocionais. Elas vêm de políticos sob pressão, do aumento da atenção da mídia para o desastre ou da opinião pública que pressiona as autoridades a “fazerem algo”. Isso não afeta apenas os líderes políticos, mas também se aplica à indústria de ajuda humanitária e às organizações ansiosas por fornecer assistência — e aquelas que buscam gerar visibilidade. É impossível tomar uma decisão precipitada e ao mesmo tempo analisar suas implicações ao máximo, medindo seu impacto e resultado esperado. Manuais, normas, diretrizes e conhecimento institucional podem ajudar as agências a saber como reagir a certos tipos de desastres, mas as organizações e os trabalhadores devem ter cuidado para evitar erros na entrega da ajuda, que geralmente ocorrem devidos à falta de análise.

52) O meio ambiente durante e após um desastre natural compartilha muitos paralelos e semelhanças com os conflitos (armados). O conflito obriga os trabalhadores auxiliares a aprofundarem seus conhecimentos e capacidade analítica sobre a forma como prestam assistência. Os alunos devem manter isso em mente ao ler esta seção. Para mais informações sobre este assunto importante, consulte: Mary B. Anderson, *Não faça mal: como a ajuda pode apoiar a paz — ou a guerra* (Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999).

53) Anderson, *Não faça mal*.

54) Anderson, *Não faça mal*, 36.

O tempo é essencial para responder a desastres, mas as organizações e os trabalhadores humanitários devem assegurar a análise da situação antes de tudo. A obtenção de informações em primeira mão sobre a situação no terreno dependerá da capacidade de cada organização e do sistema da ONU de fornecer informações em tempo real. Nas caóticas fases iniciais, é importante envolver a população afetada tanto quanto possível; no entanto, isso pode ser difícil. Em muitos casos, as autoridades nacionais ou locais podem representar a população afetada, e essas autoridades podem ter suas próprias agendas e interesses (políticos). Infelizmente, toda crise, desastre ou conflito tem grupos ou indivíduos que buscam se beneficiar e lucrar com a ajuda recebida. Isso é especialmente verdadeiro se as autoridades forem incapazes de ou não quiserem controlar esses grupos e organizações com fins lucrativos.

Organizações e trabalhadores humanitários devem esclarecer algumas questões essenciais:

- Como a ajuda será distribuída e por quê?
- Quem distribuirá a ajuda e por quê?
- Quem receberá a ajuda e por quê?
- Em que consistirá a ajuda e por quê?
- De onde será distribuída e por quê?

Outra pergunta a ser respondida é como isso afetará os diferentes grupos (vulneráveis) dentro de uma comunidade afetada. Por exemplo, se nos concentrarmos apenas nas pessoas deslocadas que vivem em abrigos temporários e não considerarmos aqueles que podem ter buscado refúgio com familiares ou parentes, criaremos tensões entre esses dois grupos? Organizações e trabalhadores humanitários podem ajudar as minorias presumindo que são as mais vulneráveis, ignorando o sofrimento dos outros. O interesse político e a pressão sobre a concessão ou não de ajuda são fatores a que as organizações e os trabalhadores podem ter que aprender a resistir. Isso pode ser explorado, no entanto, já que as autoridades podem não querer distribuir ajuda se a população afetada pertencer a uma oposição política ou a um grupo minoritário.

Outro exemplo de como a ajuda pode realmente prejudicar uma população é o chamado “dinheiro por trabalho” (do inglês, "cash for work", ou CFW), especialmente se o programa não foi totalmente analisado e considerado. O CFW é frequentemente usado para grandes projetos de obras públicas ou comunitárias (por exemplo, limpeza de entulho após um desastre). Ele fornece às famílias uma renda que elas podem gastar livremente; no entanto, os projetos devem considerar o calendário sazonal existente para investigar se a atividade CFW pode entrar em conflito com outros compromissos de trabalho familiar, como agricultura (por exemplo, plantio, colheita) ou migração sazonal (por exemplo, ajudar os agricultores e proprietários de terras no trabalho sazonal). Deixar de fazer isso pode atrapalhar as estratégias de sobrevivência e recuperação dos meios de subsistência das pessoas, geralmente devido à escassez de alimentos durante a próxima temporada[55].

O fornecimento de alimentos, em particular, requer uma análise detalhada. A ação atrapalhará o mercado local ao afetar os preços? Como isso afetará todo o sistema comercial, do agricultor ao comerciante do mercado? Seria melhor fornecer dinheiro em vez de alimentos para apoiar os mercados locais se houver comida suficiente disponível localmente? Quais são as consequências de curto e longo prazo? Oferecer ajuda é um esforço mais complexo do que pode parecer superficialmente.

55) Sarah Bailey e Paul Harvey, “Programação de transferência de renda em emergências”, junho de 2011, Rede de Prática Humanitária. Disponível em inglês: <http://odihpn.org/resources/cash-transfer-programming-in-emergencies/>.

A entrega de itens de ajuda humanitária durante o conflito também pode trazer consequências indesejadas. Os chefes militares locais e as partes em um conflito podem tê-la como alvo. O roubo desses itens é comum, inclusive em postos de controle (por exemplo, agências humanitárias que pagam para acessar a área) e em depósitos durante a noite. Outras vezes, esse material é simplesmente roubado da população local como um "imposto" ou taxa de proteção. Esses recursos roubados podem ser vendidos e os lucros usados para comprar armas. Dessa forma, a ajuda pode perpetuar um conflito.

Compreender o contexto de um conflito não é fácil. Examinar todas as partes interessadas e atores pode ajudar a fornecer uma compreensão do contexto. Quem ganha e quem perde? Quem tem o poder? Como os diferentes atores se relacionam entre si? As facções em conflito não verão a ajuda e sua entrega como totalmente neutras. As agências assistenciais devem identificar estratégias sobre como impedir o roubo em seus programas de ajuda. O que funciona em uma área pode não ser eficaz em outra. Não existe uma solução única.

Existem muitos outros exemplos de como a entrega de itens de ajuda humanitária pode afetar negativamente o meio ambiente e sua população. As intenções das agências de ajuda humanitária e dos trabalhadores podem ser nobres, com a humanidade subjacente aos seus princípios básicos. No entanto, sempre que organizações e trabalhadores fornecem ajuda, eles devem garantir que suas ações não criem um ambiente insustentável, desestabilizem a população afetada ou criem uma relação de dependência.

Seção 1.7 Conscientização cultural

As organizações e trabalhadores humanitários também devem estar cientes de outra questão significativa: os aspectos culturais da comunidade e do meio ambiente afetado. As pessoas podem olhar suas ações por meio de seu próprio padrão de referência, sem considerar outro ponto de vista. Organizações e trabalhadores humanitários devem estar cientes de que ações que são aceitáveis em sua sociedade podem ser inaceitáveis em outra. O primeiro contato com uma população afetada e suas autoridades pode ser um fator decisivo na relação entre as organizações humanitárias e a população. Consequentemente, os trabalhadores humanitários devem garantir que se comportem de uma maneira culturalmente aceitável.

Como organizações e trabalhadores humanitários podem gerenciar diferenças culturais? Em seu livro *Les Identités meurtrières*, Amin Maalouf descreve a cultura como a soma de duas heranças: uma vertical, originária de nossos ancestrais (tradição, povo, comunidade, língua materna, religião, etc.) e outra horizontal, baseada em nosso contexto pessoal (trabalho, moradia, relações, classe social, educação, formação acadêmica, experiência, etc.[56]). Temos a tendência de categorizar as pessoas por meio de ideias pré-concebidas, levando a falsas percepções sobre o "outro". Se estivermos cientes de nossas diferenças culturais, podemos compreender melhor um contexto social.

Existem 10 diferenças que os trabalhadores humanitários devem considerar ao analisar diferenças culturais[57]:

- **Relacionamento com autoridade**: quão distantes estão o poder e a autoridade em relação às pessoas afetadas?

56) Amin Maalouf, *Les Identités meurtrières* (Paris: Editions Grasset, 1998), 137.

57) Deborah Mancini-Griffoli e André Picot, *Negociação Humanitária: Um Manual para Garantir o Acesso, Assistência e Proteção para Civis em Conflitos Armados*, outubro de 2004. Disponível em inglês: <https://www.alnap.org/help-library/humanitarian-negotiation-a-handbook-for-securing-access-assistance-and-protection-for>.



A Operação Híbrida da União Africana e das Nações Unidas no Darfur (MINUAD) sedia um evento cultural e esportivo em El Sereif, Darfur do Norte, como parte de sua campanha "Precisamos de Paz Agora". 20 de maio de 2014. Foto da ONU por Albert Gonzalez Farran.

- **Relações Homem-Mulher**: Quais são os papéis de gênero e quem decide?
- **Individualismo e coletivismo**: a comunidade é mais coletiva ou individualmente orientada?
- **Tolerância à ambiguidade**: tudo precisa estar claro desde o início da ação?
- **Respeito às regras**: precisamos cumpri-las ou as zonas cinzentas são toleradas?
- **Tempo**: como é percebida a noção de tempo?
- **Espaço e lugar**: é público ou privado? É acessível a ambos os sexos?
- **Comunicação verbal e não verbal**: o que pode ser dito? O que deve permanecer não dito?
- **Argumento de vendas**: Quão fervoroso eu preciso ser como um "vendedor"?
- **Negociação**: quem define o preço primeiro, vendedor ou comprador (lance)?

Respeitar o código cultural de cortesia costuma ser complicado. O que é aceito em uma cultura pode ser indelicado em outra. Existem muitas anedotas e melhores práticas do que "fazer e não fazer", mas os trabalhadores humanitários não devem ter medo de pedir orientação aos funcionários locais de sua organização. Aparência e comportamento também fazem parte da cultura, e os trabalhadores humanitários podem não estar imediatamente cientes de alguns destes problemas:

- Estilo de cabelo, decoração corporal e maneira de vestir (algumas cores podem expressar uma tendência social ou política);
- Usar óculos escuros, piercings ou tatuagens;
- O consumo de álcool com um anfitrião antes de uma reunião; e
- Expressões públicas de raiva e irritação, arrogância e provocação.

Os trabalhadores humanitários muitas vezes questionam até que ponto devem se adaptar às normas culturais vigentes. Por um lado, imitar a cultura de uma contraparte pode ser visto como um sinal de respeito; por outro, pode parecer um sinal de tolice[58]. Os anfitriões locais provavelmente saberão que os praticantes são diferentes, mas eles oferecerão acomodações de acordo com sua cultura de hospitalidade. O melhor conselho para os trabalhadores humanitários é ser ele mesmo e usar o bom senso.

58) Mancini-Griffoli e Picot, *Negociação Humanitária*.

Questionário de fim de Lição »

1. O Ministério da Defesa do Reino Unido define _____ como "a resposta organizada a aliviar os resultados de uma catástrofe. Os objetivos são: salvar vidas; aliviar Sofrimento; limitar os danos; restaurar serviços essenciais a um nível que permita autoridades locais para lidar com isso; e defina o condições de recuperação".

A. socorro em desastres
B. diferença cultural
C. o princípio "não causar danos"
D. uma emergência complexa

2. Todas as frases a seguir são verdadeiras, EXCETO _____.

A. Henry Dunant é o "pai" da ação e das organizações humanitárias modernas
B. Woodrow Wilson sugeriu a criação de uma associação de nações em seus Quatorze Pontos
C. a Liga das Nações tinha suas próprias forças armadas
D. as potências aliadas concordaram em criar um novo órgão para suplantar o papel da Liga das Nações durante a Conferência de Yalta

3. Quais são as cinco variáveis que podem transformar um fenômeno em desastre?

A. População, riqueza, redução do risco de desastres, controle de doenças, edifícios altos
B. Demografia, pobreza, meio ambiente, mecanismos existentes na prevenção e gestão de riscos, nível de infraestrutura e organizações existentes
C. Crescimento populacional, mão de obra, serviço de coleta de lixo, serviços de emergência, nível de infraestrutura e organizações existentes
D. Controle de natalidade adequado, alimentação e nutrição, plano de gestão de resíduos, mecanismo existente na prevenção de riscos, pobreza

4. Os desastres naturais são eventos causados por _____.

A. erro humano
B. emergências complexas
C. desastres tecnológicos ou provocados pelo homem sem aspecto natural
D. perigos naturais que afetam seriamente a sociedade, economia e/ou infraestrutura de uma região

5. De acordo com o *Manual de Campo UN-CMCoord*, uma emergência complexa é uma crise humana em um país, região ou sociedade onde há uma quebra total ou considerável de autoridade resultante de _____ e que requer uma resposta internacional que vai além do mandato ou capacidade de um programa único e/ou em andamento na ONU.

A. uma guerra civil
B. um conflito interno ou externo
C. uma inquietação interna
D. movimentos populacionais massivos

6. Quais são os quatro princípios humanitários?

A. Humanidade, neutralidade, soberania, imparcialidade
B. Humanidade, neutralidade, imparcialidade, independência
C. Humanidade, soberania, imparcialidade, independência
D. Humanidade, neutralidade, imparcialidade, responsabilidade

As respostas estão disponíveis na página seguinte.

Questionário de fim de Lição »

7. De acordo com o Relatório do Secretário-Geral, "Implementando a responsabilidade de proteger", a responsabilidade de um Estado é proteger sua própria população de _____.

A. genocídios
B. crimes de guerra
C. limpeza étnica e crimes contra a humanidade
D. assassinato, crimes de guerra, emigração forçada e deslocamento interno odas as opções anteriores

8. Qual das alternativas a seguir NÃO foi um benefício do aumento da responsabilidade do HRO?

A. Isso muitas vezes levou as organizações a se reestruturarem em um sistema burocrático de redação de propostas, preenchimento de formulários e relatórios.
B. Isso aumentou a capacidade de entregar ajuda em campo.
C. Isso diminuiu os níveis de fraude.
D. Isso aumentou a delegação da sede para gerentes de campo e funcionários locais, uma vez que eles poderiam avaliar melhor as maneiras de fornecer ajuda.

9. Qual das alternativas a seguir é VERDADEIRA em relação à entrega de itens de ajuda humanitária durante o conflito?

A. Roubos podem ser algo comum.
B. Os chefes militares locais e/ou partes em um conflito podem tê-la como alvo.
C. Esses itens podem ser cobrados da população local como uma forma de "imposto" ou taxa de proteção.
D. Todas as opções anteriores

10. Nossa cultura é a soma de duas heranças: _____.

A. tradição e educação
B. uma vertical, originária de nossos ancestrais, e uma horizontal, com base em nosso contexto pessoal
C. diferença cultural e adaptabilidade cultural
D. relacionamentos e tolerância

Respostas »

1. A
2. C
3. B
4. D
5. B
6. B
7. D
8. A
9. D
10. B